

AUTORITARISMO, ARTE E MEMÓRIA
Uma leitura arendtiana à luz do livro 'O quarto de despejo'***AUTHORITARIANISM, ART AND MEMORY***
An Arendtian reading in the light of the book 'The Dump Room'

Maria Gessica Martins de Queiroz¹
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas²

RESUMO: Neste trabalho, há o estudo da contribuição da arte de mulheres negras, em especial da literatura e dos relatos de Carolina Maria de Jesus, para a criação de uma memória política e afetiva como forma de resistência a aspectos autoritários. Por ser uma mulher negra, favelada e sobrevivente ao regime ditatorial de 1964 no Brasil, o livro 'O quarto de despejo' de Carolina de Jesus serviu como base para a pesquisa. O estudo se perfaz através do problema de pesquisa: De que maneira ocorreu o impacto da Ditadura Militar no Brasil (1969-1972) na promoção da literatura de mulheres negras de comunidade no Brasil? Tendo como objetivo geral discutir o impacto da Ditadura Militar no Brasil (1969-1972). Como metodologia, foi utilizada a abordagem qualitativa, além de ser uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, foi constatado que o regime ditatorial do Brasil em 1964, por conter atos de supressão de direitos, criou memórias que puderam ser contadas por toda a população, independente de raça, gênero e classe. Contudo, há uma lacuna desses escritos advindos de uma parte da população subalternizada: mulheres negras faveladas. Constatou-se que tal lacuna não se deu pela falta de escrita de tal grupo, mas pelo silenciamento imposto pelo regime autoritário, tendo como grande exemplo a proibição de circulação do livro 'O quarto de despejo' de Carolina de Jesus (2016), objeto do estudo no regime mencionado. A crítica se deu pela supressão da arte e literatura de mulheres negras faveladas por estas servirem como voz de denúncia.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo; Arte; Memória; Carolina de Jesus.

ABSTRACT: In this work, there is a study of the contribution of the art of black women, especially the literature and the reports of Carolina Maria de Jesus, for the creation of a political and affective memory as a form of resistance to authoritarian aspects. As a black woman, from a favela and a survivor of the 1964 dictatorial regime in Brazil, the book 'O Quarto de Despejo' by Carolina de Jesus served as a basis for the research. The study is completed through the research problem: How was the impact of the Military Dictatorship in Brazil (1969-1972) in the promotion of the literature on black community women in Brazil? Having a general objective to discuss the impact of the Military Dictatorship in Brazil (1969-1972). As a methodology, a qualitative approach was used, in addition to bibliographic and documentary research. As a result, it was found that the dictatorial regime in Brazil in 1964, by containing acts of suppression of rights, created memories that could be told by the entire population, regardless of race, gender, and class. However, there is a gap in these writings coming from a part of the subalternate population: black women from the favelas. It was found that this gap was not due to the lack of writing by this group, but due to the silencing imposed by the authoritarian regime, having as a great example the ban on circulation of the book 'O Quarto de despejo' by Carolina de Jesus (2016), object of the study in the mentioned regimen. The criticism was due to the suppression of the art and literature of black women living in the favelas, as they served as a voice of complaint.

KEY WORDS: Authoritarianism; Art; Memory; Carolina de Jesus.

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1. DESENVOLVIMENTO; 1.1. O CONCEITO ARENDTIANO DE OBRA DE ARTE; 1.2. A LITERATURA COMO CANAL DE SUBVERSÃO PARA CRIAÇÃO DE UMA MEMÓRIA POLÍTICA; 1.3. O ROMPIMENTO DO CICLO GÊNERO-OPRESSÃO PELA ARTE DE CAROLINA DE JESUS; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde, gessica.queiroz@upe.br, <http://lattes.cnpq.br/8745908023027238>.

² Professora Dra. Da Universidade de Pernambuco – Campus Arcoverde, rita.freitas@upe.br, <http://lattes.cnpq.br/1644967758056091>.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil, em 1964, representou dor, tortura e sangue, mas, além disso, trouxe para a história do Brasil, um exemplo de resistência. Ao se abordar sobre o tema, muito se discute sobre grandes homens que subverteram o sistema e foram de encontro com os preceitos impostos pelos militares. Contudo, são escassos os estudos destinados às mulheres que, juntamente aos homens, resistiram aos diversos atos de perda de direitos existentes na época em questão, mas que ocuparam o papel de coadjuvantes na história.

Para além dessas discussões, um grupo ainda menor não possui visibilidade ao se abordar sobre o tema Ditadura Militar: a contribuição oferecida pelas mulheres negras de comunidade no contexto de resistência aos aspectos antidemocráticos presentes em 1964.

As torturas destinadas às mulheres negras de periferia, que transgrediam o sistema, revelavam, acima de tudo, um objetivo de atingir a feminilidade e a raça, deixando marcas em seus corpos. Logo, como uma forma de ressignificar as marcas existentes, as militantes utilizaram da literatura como canal de subversão. A literatura, assim, passou a servir como um espaço de inscrição de memórias políticas.

Além das memórias políticas, o sofrimento destinado às mulheres negras de periferia no contexto de Ditadura Militar no Brasil, passou a ser narrado através de quadros, canções e literatura que inovavam na forma de comover o espectador e ser comovido, produzindo uma memória artística. A obra de arte, por possuir um caráter durável, capaz de permanecer na memória, sendo o último produto da atividade humana, foi capaz de trazer, para o indivíduo, memórias artísticas de tempos sombrios que não poderiam se perder na história.

A arte, em especial a literatura, por ter possibilitado ao humano um processo de libertação através da imaginação, personalidade e espontaneidade, permitiu com que as pessoas pudessem analisar o mundo através da perspectiva das mulheres negras de comunidade em contexto de Ditadura Militar no Brasil e, através desse processo, pudessem resistir aos aspectos antidemocráticos presentes na época.

O trabalho de Carolina de Jesus, por ser um relato de uma mulher negra de periferia em contexto de Ditadura Militar no Brasil, contribuiu com esse processo de resistência aos aspectos antidemocráticos presentes na época, à medida que

trouxe, através da literatura, uma nova forma de comover e ser comovido, eternizando histórias que transcendem a sua própria história de vida, mas que revelam a luta de toda classe social de mulheres negras de comunidade por direitos.

Dessa forma, o problema de pesquisa é: De que maneira ocorreu o impacto da Ditadura Militar no Brasil (1969-1972) na promoção da literatura de mulheres negras de comunidade no Brasil?

Tendo como foco observar as escrituras de mulheres negras invisibilizadas nos estudos das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, tem como objetivo geral da presente pesquisa: Discutir o impacto da Ditadura Militar no Brasil (1969-1972) na promoção da literatura de mulheres negras de comunidade no Brasil.

Como objetivos específicos, tem-se: Estudar a exclusão de mulheres negras de comunidade na literatura brasileira durante a Ditadura Militar no Brasil (1969-1972), a partir do conceito de 'obra de arte' de Hannah Arendt; Analisar como as mulheres negras, na Ditadura Militar, utilizaram da literatura como canal de subversão para criação de uma memória política; Compreender de que forma Carolina de Jesus, em 'o quarto de despejo' rompeu com o ciclo gênero-opressão através da sua arte, a partir do olhar feminino.

A metodologia utilizada foi, quanto ao método de abordagem, indutiva, isso porque foram analisados fatos particulares para se construir uma conclusão geral. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, justo porque, foi feita uma observação do contexto social das condições das mulheres de periferia na Ditadura Militar no Brasil (1969-1972), para, assim, interpretar dados não quantificáveis. Também, se fez uso do método de pesquisa bibliográfica. E foi utilizada a pesquisa documental, a qual, para Marconi e Lakatos (2003), possui "A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias".

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. O conceito arendtiano de obra de arte

Ao se abordar sobre Ditadura Militar no Brasil (1969-1972), muitos estudiosos defendem que a arte serviu como forma de enfrentamento às diversas barbáries

existentes à época. Mas, desde o período de 1950 e 1960, a arte surgiu como uma ‘semente para qualquer revolução’, trazendo a ideia de abandono da arte como coisa e introduzindo a ideia de experiência, esse pensamento foi denominado de ‘exercício experimental da liberdade’ (CAYSES, 2015).

Com a Ditadura Militar no Brasil (1969-1972), a ideia da obra de arte como uma semente da revolução foi se intensificando cada vez mais. A literatura de mulheres negras pobres, embora pouco falada ao longo da história, serviu como alicerce para ocasionar tal revolução e, conseqüentemente, resistência.

É, diante desse contexto, que se inicia a discussão da obra ‘O quarto de despejo’ de Carolina de Jesus. Escritora, negra, favelada e brasileira, Carolina, de pouca instrução, se destacou por seus relatos, em forma de diários, sobre sua dura realidade na favela. Tais relatos, marcados por seus vários erros de português, revelaram a singularidade de Carolina, ao mesmo tempo que trouxeram, para o mundo, a narração da história de uma época sombria, sob o olhar de uma mulher negra favelada.

Para Arendt (2010), a função da narrativa é que, através da arte e dos relatos, as ações humanas sejam conhecidas. Segundo Arendt (2010), a vida humana no mundo humano é como uma linha retilínea que tem início e fim, assim, a vida é marcada por eventos que podem ser narrados depois como história. A vida humana é uma narração de eventos únicos que marcam a singularidade de cada ser humano.

A obra de arte como um todo, mas especialmente a de Carolina, possuiu um caráter durável, capaz de permanecer na memória, sendo o último produto da atividade humana. A arte de Carolina abriu espaços para diferentes modos de viver, que não possuem como resultado a infelicidade e o consumismo.

Para Hannah Arendt (2010), a obra de arte é importante por ativar a memória, isto é, faz o receptor ter interesse em uma interpretação do presente e do passado. Assim, passa a se constituir como fruto de uma construção do mundo comum, onde as memórias e as histórias podem ser narradas por todos e por isso introduz a arte como uma ferramenta para a democracia.

A obra de Carolina, estando em um contexto onde apenas ‘vozes’ brancas eram ouvidas, serviu como uma ferramenta democrática ao permitir ao mundo ouvir a narrativa da história através de vozes negras femininas e pobres. A obra de

Carolina foi capaz de trazer, para o indivíduo, uma esperança no humano, amenizando as injustiças sociais sofridas à época.

Contudo, a obra de arte, no conceito arendtiano, está intimamente ligada à memória, ação e linguagem. Sem a memória e sem as atividades do homo faber de transformar a natureza em objeto-do-mundo, as atividades da ação, do discurso, da obra de arte perderiam sua realidade e desapareceriam no mundo como se nunca tivessem existido. Assim, a principal característica da obra do homo faber é a duração.

Os homens se diferenciam entre si e se distinguem através do discurso e da ação. É a ação e o discurso que fazem com que o homem não se manifeste enquanto objeto físico, mas enquanto homem (ARENDR, 2010). Dessa forma, para Arendt (2010) a vida sem discurso e sem ação está morta.

O homem é capaz de agir e trazer o novo, isto é, pode-se esperar dele o inesperado, a capacidade de realização do improvável e isso só é possível graças a singularidade de cada homem e ao discurso. Assim, “se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade...” (ARENDR, 2010, p.191.).

Ao ser interpelado pelas estruturas, o homem se torna produto dos discursos, linguagem e significados aos quais é submetido. A obra de Carolina de Jesus inova ao focar significados alternativos no decorrer da repetição de seus atos e, graças a sua singularidade, iniciar algo novo através da ação e obra de arte, possibilitando um mundo plural, isto é, possibilitando a visualização do mundo através da ótica de mulheres negras de periferia.

A mudança se deu por repetições que subverteram as normas que excluíam e propagavam injustiças e deslocavam os regimes de poder, modificando as estruturas e iniciando formas de ação que possibilitaram incluir vozes não ouvidas. O agir político foi, então, uma forma de alteridade e empatia já que “a atividade política pensada por Hannah Arendt é uma atividade que necessita do olhar e da presença do outro de modo que é na pluralidade que se revela o agente.” (SILVA, 2018, p. 79).

Essa subversão através da arte, linguagem e da narrativa é eficaz por ter um caráter durável e permanecer na memória. Hannah Arendt (2010) entende a condição humana do homem como limitada e por isso compreende que pode ser

narrada. Mas, essa narração não será feita pelo próprio homem, pois sua história só será concluída com sua morte. Desse modo, é a comunidade que irá testemunhar a vida completa do indivíduo e expressar o seu significado. Assim, o homem se torna dependente dos outros e de sua percepção.

É nesse sentido que Hannah Arendt (2010) defende que não existem seres acabados, nem definidos de uma vez, mas em constante composição, fazendo com que a última palavra sobre alguém só possa ser dita quando esta morrer. Arendt (2010) propõe a fuga da relação produção-consumo pela narração, pela memória, pela obra de arte. Essa fuga através da narração é temida pelo totalitarismo e autoritarismo, já que, para que haja esse processo de libertação é necessário que o ser humano obtenha criticidade, personalidade e espontaneidade para expressar suas ideias.

Esse processo de fuga concomitante com a imaginação permite analisar o mundo através da perspectiva do outro, mais especificamente, permite, na presente pesquisa, analisar o mundo através da perspectiva de mulheres negras de periferia em contexto de Ditadura Militar no Brasil (1969-1972). Para Arendt (2010), ao emitir juízos estéticos, há a possibilidade do homem de superar o privado e o incomunicável sobre sua experiência de mundo. O processo de superar o privado faz com que haja a inserção do homem em comunidade.

Segundo Arendt (2010), contar uma história é uma forma de se opor aos modelos estáticos impostos pela teoria. A experiência de Arendt nos campos de concentração constatou que foi preciso sobreviver às injustiças para que elas pudessem ser, futuramente, narradas. A narração, então, converte-se em um ato de resistência às barbáries que aconteceram nos campos de concentração. Os vários relatos inseridos na obra 'O quarto de despejo' funcionaram como uma forma de se opor ao modelo estático. A narração de Carolina de Jesus se converteu, assim, em um ato de resistência às barbáries que aconteceram na Ditadura Militar no Brasil.

Por outro lado, as autoridades responsáveis pelo controle da população no período autoritário de Ditadura Militar no Brasil, eram dotadas de clichês. Não exerciam a imaginação, apenas cumpriam ordens e reproduziam os discursos aos quais foram submetidas. A ditadura havia feito um processo de alienação e construído uma banalização do mal que fez com que esses indivíduos em questão não possuíssem empatia e não procurassem entender o mundo a partir do olhar do outro.

O exercício de se colocar no lugar do outro, de imaginar e narrar constituem modos de estabelecer um novo sentido em que está incluída a pluralidade de vozes não ouvidas. Mas, para que isso aconteça, é necessário haver um processo de autoanálise e reestruturação da sociedade, que passa pelo seu reconhecimento da condição de massa.

Assim, seria necessário que ambos os lados, autoridades responsáveis e as mulheres negras em estado de vulnerabilidade e alvo de políticas públicas que excluem, exercitassem a imaginação, narração e memória, como forma de fuga às injustiças praticadas e a consequente visão a partir do olhar do outro, sendo possível, assim, exercer um ato político e ir contra os modelos autoritários e totalitários, dando origem à liberdade do novo início.

A atividade de narrar aspectos antidemocráticos e autoritários presentes na política brasileira ao longo dos anos e oferecer a obra de arte e a memória como meios de fuga a essas realidades e consequentes resistências seria, por si só, uma forma de questionar estruturas e oferecer outras realidades que possam incluir pessoas historicamente excluídas e marginalizadas. Carolina de Jesus, através de seus relatos de vida, por si só, construiu essa resistência ao trazer, para o mundo, a história de mulheres negras faveladas, através da obra de uma mulher negra de periferia, em contexto ditatorial.

1.2. A literatura como canal de subversão para criação de uma memória política

Muito se discute sobre a atuação das mulheres militantes brancas durante a Ditadura Militar no Brasil, contudo, o estudo sobre a contribuição de mulheres negras no período ditatorial é escasso. Para além da invisibilidade dada a esse grupo específico no período mencionado, historicamente as mulheres negras ocuparam um espaço subalternizado, sendo necessário entender como se deu essa construção ao longo da história.

Durante a construção de papéis de gênero, estabelecia-se a ideia de que a partir do momento que a mulher decidisse ir trabalhar fora de casa, estaria fazendo a tarefa do homem, sendo assim, masculinizada, e, consequentemente, perderia sua feminilidade. Isso, segundo a ótica machista de divisão de tarefas, poderia destruir o

casamento, e quebraria com a ótica de divisão de papéis. Por esse motivo, o feminismo passou a ser considerado como destruidor da família tradicional.

O surgimento do movimento feminista modificou o pensamento vigente na sociedade até então. A partir disso, as mulheres passaram a ter consciência de seus direitos e começaram a se mobilizar com o objetivo de garanti-los. Essa foi a primeira onda do feminismo, que aconteceu entre o final do século XIX e início do século XX.

Nessa época, as mulheres reivindicaram o direito ao voto, à participação na vida cível, à igualdade entre os gêneros, questionando, assim, o papel imposto pela sociedade e a divisão de tarefas, onde protestaram por estar socialmente construído que sua função seria unicamente cuidar do lar e da família.

No Brasil, especificamente, as mulheres também construíram movimentos feministas, contudo, diferentemente do movimento feminista europeu que criticava uma educação já existente, as brasileiras lutavam por uma educação primária liberta de preconceitos, já que o mesmo acontecia desde a alfabetização.

As mulheres brancas eram educadas para cuidar do lar, assim, para muitos, não possuíam a capacidade psíquica de exercer as mesmas profissões que os homens. Seguindo esse raciocínio, as vagas ocupadas por mulheres nas universidades eram consideradas um desperdício. Esse preconceito reflete na sociedade contemporânea e pode ser observado se levado em consideração o número menor de mulheres bem sucedidas, em relação ao número de homens bem sucedidos.

Até mesmo nos meios universitários, quando as mulheres finalmente conseguiram ter acesso à educação superior, eram ensinadas a não serem críticas para que, assim, pudessem concordar com a opinião imposta, evitando revoluções. Observa-se, desde cedo, a presença de um sistema que oprime, inferioriza as mulheres e reforça apenas a função biológica de procriação e dever de cuidado com a casa.

É importante mencionar que, segundo Betty Friedan (1971), a entrada das mulheres brancas nas universidades se deu graças a um interesse comum, o qual, inicialmente, não era o desejo de adquirir conhecimentos, mas sim de arrumar seus futuros maridos. Constata-se que a sociedade produzia uma cultura de criar as mulheres para o casamento, fato esse que se constituía como o objetivo das vidas das mulheres.

Em contrapartida, no livro intitulado ‘Mulheres, raça e classe’ Davis (2016), traz a necessidade de se interseccionar gênero e raça. Enquanto as mulheres brancas lutavam para desconstruir essa ótica cultural imposta de condicionamento da mulher como dona do lar, as mulheres negras não possuíam as mesmas pautas por já terem ocupado os postos de trabalho, desde a escravidão, “Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (DAVIS, 2016, p.24).

No mesmo sentido, Bell Hooks (2014), defende que, embora o sofrimento de mulheres brancas e mulheres negras não possa ser medido quantitativamente, deve haver uma medição da diferença entre elas, e isso poderá ser medido através das identidades de raça e classe. A autora defende que deve existir a intersecção entre raça, classe e gênero para poder medir essa diferença.

Por causa da discriminação e preconceito quanto à capacidade da mulher em desenvolver tarefas que exijam pensar, havia uma ideia de ineficiência das mesmas. Junto a isso, havia uma desvalorização salarial para com as mulheres, fazendo com que muitas refletissem se era válido deixar de ser dona do lar, sendo aplaudida pela sociedade, a querer conquistar o campo do trabalho recebendo menos do que merece e sendo discriminada pela sociedade por sua falta de feminilidade.

As mulheres passaram a ocupar os postos de trabalho na Segunda Guerra Mundial, onde houve a necessidade de pessoas para substituir os homens no mercado de trabalho, já que esses precisaram ir à Guerra para defender os interesses de sua pátria. Assim, surgia a oportunidade de que as mulheres ganhassem autonomia financeira.

Contudo, é questionável essa conquista alcançada pelas mulheres, já que, após o retorno dos homens aos lares, as mulheres voltaram aos seus afazeres costumeiros, sendo classificadas como donas de casa novamente. Conforme analisa Joana Maria Pedro (2005, P.89) “as mudanças ocorridas foram apenas provisórias, e que, após a guerra, presenciou-se um retorno aos antigos significados do gênero, com reforço na rigidez das afirmações da diferença.”.

Ainda no século XX, preocupada com o papel da mulher na sociedade, Simone de Beauvoir (1980) escreveu a sua obra, O Segundo Sexo, em que se tem uma das frases mais importantes e revolucionárias historicamente nas relações de gênero, “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Essa frase remete à diferença

entre sexo e gênero, isto é, ao mencionar o verbo “tornar”, Beauvoir introduziu um conceito de gênero que se caracteriza pela capacidade de o indivíduo construir socialmente um processo de apropriação com base em possibilidades culturais.

Beauvoir relata, em seu livro, a dominação dos homens sobre as mulheres, mesmo que essas, no contexto social mencionado, tenham começado a construir seus respectivos caminhos rumos à emancipação, “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (BEAUVOIR, 1980. p. 15).

Mesmo que o século XX tenha sido marcado por mudanças em relação aos direitos das mulheres e um incentivo maior à sua entrada na vida escolar, ainda havia diferenças quanto à intensidade desse incentivo em relação aos homens e às mulheres no meio acadêmico. Nas últimas décadas do século XX, a maior escolarização e profissionalização proporcionaram às mulheres uma maior inserção no mercado de trabalho, todavia, muitas ainda eram as responsáveis pelos afazeres do lar, ou seja, passaram a trabalhar dentro e fora de casa, tendo uma jornada dupla de trabalho.

Essa dupla jornada de trabalho era uma característica mais presente na vida das mulheres negras, isso porque, se observada a história do Brasil, especificamente, é possível constatar que as mulheres negras já possuem um longo caminho no campo de trabalho, seja dentro ou fora de casa, sendo este marcado por discriminação e má remuneração. É diante desse cenário que surge as diferentes pautas dentro dos diferentes feminismos. O feminismo negro, diferente do feminismo branco, não possuía como pauta a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas sim a regularização dessas condições trabalhistas que ocorriam, para as mulheres negras, desde a escravidão.

Enquanto para algumas mulheres brancas o trabalho servia como hobby para suprir o vazio que existia em ser apenas dona do lar, as mulheres negras necessitavam do trabalho para a subsistência. Segundo Ângela Davis (2016), as mulheres negras e os homens negros eram colocados na mesma posição, no que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade. Mas, em relação às mulheres negras, a condição de gênero iria prevalecer quando estas eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser destinados a elas. A autora traz tais alegações para demonstrar as diferentes pautas existentes dentro do feminismo e a necessidade de interseção entre gênero, raça e classe.

É necessário compreender que existem várias subdivisões do movimento feminista, isto é, englobam-se áreas do feminismo de mulheres negras, o ocidental, o islâmico, o indígena e o ecológico. Contudo, especificamente, o feminismo europeu ganha destaque e visibilidade, este que é configurado por mulheres brancas e que possuem, geralmente, uma melhor condição financeira. O objetivo dessa discussão não só é relatar, brevemente, os tipos de feminismos, mas também, constatar a importância dada ao europeu fazendo com que a plurivocidade dos movimentos feministas como um todo, quebre com essa lógica de gênero-opressão.

Um grave problema que afeta o feminismo branco é o não reconhecimento de seus privilégios, dificultando a integração do movimento e a noção de desigualdade existente dentro dele. A obra de Carolina de Jesus em 'O quarto de despejo' rompe com esse ciclo opressão-gênero à medida que, através da sua arte, traz relatos de mulheres negras, com suas escrituras e lutas que transcendem e divergem da luta feminista branca.

Desde a colonização do Brasil, houve a construção de um estereótipo de que mulheres negras possuem um tratamento e uma função na sociedade diferente de mulheres brancas. As batalhas travadas por mulheres negras se divergiam, em seus objetivos, das travadas por mulheres brancas, isto porque, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, as negras possuíam o interesse de serem consideradas como seres humanos.

Assim como em todas as áreas, a literatura também passou a ser um lugar de privilégios. Ao longo dos anos, as mulheres brancas conseguiram ocupar o espaço da literatura/arte e, a partir disso, mostrar sua visão de mundo. Tal fenômeno se transformou, ao longo do tempo, em 'hobby', à medida que produzir era sinônimo de cultura e de que a mulher era instruída.

Por outro lado, esse espaço da literatura não foi facilmente alcançado pelas mulheres negras, visto que estas possuíam duplas jornadas de trabalho, não tendo, na maioria das vezes, acesso à educação e, conseqüentemente, dificuldade na escrita. A ocupação das mulheres negras na literatura se deu, na maioria das vezes, através de menções a estas como uma espécie de objeto, tendo como exemplo Rita Baiana em O Cortiço, de Aluísio de Azevedo; as "neguinhas" que se relacionavam no areal com os Capitães de Areia, de Jorge Amado; a Irene no céu, poema de Manuel Bandeira.

Já no período da Ditadura Militar no Brasil, diante dos vários atos de perca de direitos, as mulheres negras passaram a trazer seus relatos como forma de produzir uma memória política dos tempos sombrios vivenciados. É justamente diante desse cenário de ocultação de vozes, que se pretende analisar a contribuição das mulheres negras, na ditadura militar, através da literatura, como canal de subversão para criação de uma memória política.

As mulheres negras no período ditatorial no Brasil, por possuírem menores condições financeiras, se localizavam nas zonas periféricas das cidades. Diante disso, uma das pautas de luta de determinado grupo era contra a carestia da vida e pela infraestrutura dos bairros populares. A militância era por justiça social e igualdade, somada à criação de grupos de resistência aos aspectos autoritários existentes à época. Segundo Tauana Olívia (2019) “A Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (2015) observou nas favelas da capital carioca a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação Popular (AP), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)”.

Tal alegação trazida pela Comissão da Verdade demonstra que, na verdade, as mulheres negras não ocuparam o lugar de coadjuvantes ao longo da história, mas foram figuras essenciais para a consolidação dos direitos conquistados. Por outro lado, a mesma informação reafirma o fato de que, na verdade, o problema não está na falta de participação de mulheres negras na Ditadura Militar no Brasil, mas sim, está na escassez de estudos e pesquisas sobre essa efetiva participação, de forma que torna, ainda mais, a presente pesquisa necessária.

Mas por quê o estudo da literatura de mulheres negras no período ditatorial no Brasil é tão escasso? Esse questionamento, sem a possibilidade de existir uma resposta objetiva, tem como objetivo instigar o leitor a refletir sobre as políticas básicas oferecidas a esse grupo no período estudado. A ideologia e as políticas destinadas ao povo negro era de que estes não necessitavam ser alfabetizados, com a justificativa de que seus trabalhos eram apenas servis. Quando, por sorte, a menina/mulher negra conseguia acesso à educação e a livros, era por meio de aulas aplicadas pelas esposas e/ou filhas do senhor de escravo.

Tal fato ocasionou um grande déficit na educação da população negra. Em resposta a isso, foi criado um projeto de formação de escolas negras, como uma forma de resistência e com o objetivo de promover um discurso pedagógico

antirracista (OLÍVIA, 2019). Assim se deu o início da utilização da educação como fator propulsor de resistência aos atos de perca de direitos.

No aspecto artístico, tal resistência se deu a partir do momento em que alguns grupos se utilizaram de apresentações musicais, encenações teatrais, recitais de poesias e a própria escrita dos relatos vivenciados, a partir das escrituras da época. Era uma nova forma de criar uma consciência política que trazia, em seu bojo, um desejo pela democracia. Difundir conhecimento e resistência através da arte se tornou uma nova forma de comover e ser comovido, onde se tinha como público-alvo toda e qualquer pessoa, independente de gênero, raça ou cor, através de uma linguagem simples.

Objetivava-se, através da arte e literatura, trazer a mensagem educativa, buscando articular programas destinados à melhoria das condições precárias que eram oferecidas às mulheres de comunidade no Brasil, no período ditatorial, “...além de promover um espaço de lazer para a população negra, também tinham como finalidade, por meio das atividades lúdicas, a transmissão de mensagens educativas e doutrinárias.” (OLÍVIA, 2019).

Um grande movimento feminino que teve importante papel na luta antirracista na época foi o ‘Rosas Negras’, onde as mulheres organizavam bailes e festivais artísticos para contar seus relatos, através da arte, e, conseqüentemente, promover eventos direcionados ao campo da educação e da cultura. Nesses eventos, também, era muito comum a utilização de substantivos biformes, como forma de incluir ambos os gêneros na coletividade e discurso, o uso da linguagem já era, por si só, um ato de resistência e de inclusão de pautas raciais/gênero. (DOMINGUES, 2007).

Porém, para além do debate sobre gênero, era preciso entender que se necessitava debater sobre as diferentes categorias de mulheres existentes à época. Agora, o debate passa a ser sobre a plurivocidade do movimento feminista. Uma questão a ser analisada é justamente essa diferença – dentro da diferença – isto é, a diferença da pauta de mulheres negras de comunidade, da pauta de mulheres brancas. Muitos pesquisadores entendem que essa questão só foi trazida a partir da década de 1980, isso porque, antes disso, não existiam críticas acerca do racismo e não era analisada a intersecção gênero/raça (OLÍVIA, 2019).

Contudo, ainda que o debate não tenha ido pela via da nomenclatura do movimento feminista negro em si, antes da década de 1980 já existiam mulheres negras que, mesmo sem saber, denunciavam a existência de necessidade de

intersecção gênero/raça. Os relatos de Carolina de Jesus, em ‘O Quarto de Despejo’, por trazerem escrivências de mulheres negras em situação de pobreza, já trazia, em si, pautas que divergiam das pautas de mulheres brancas, mesmo que a autora não objetivasse, na época, utilizar a nomenclatura ‘feminismo negro’, instigava o pensamento de pautas raciais/gênero.

Os relatos de Carolina de Jesus funcionaram como artifício para refletir sobre a realidade política brasileira, em especial a realidade de mulheres negras de periferia. Percebe-se que, agora, a cultura passa a ter uma grande relação com o político. O ‘fazer arte’, o ‘falar’, o ‘escrever’ já configura, nele mesmo, um ato político. Em tempos ditatoriais regidos por censura, tais atitudes eram revolucionárias.

Embora o termo ‘interseccionalidade’ tenha sido criado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw apenas em 1989, trazendo a ideia da necessidade de se debater raça e gênero, no Brasil, as mulheres negras já discutiam raça, gênero e classe desde os anos de 1970 e 1980 (CARNEIRO, 2003). Embora Carolina de Jesus não tivesse conhecimento do termo ‘interseccionalidade’, inovou, mesmo que não propositalmente, por trazer ao debate questões gênero-raciais que possuíam total relação com a política brasileira, funcionando, assim, como uma forma de agir político.

1.3. O rompimento do ciclo gênero-opressão pela arte de Carolina de Jesus

Carolina Maria de Jesus, escritora, negra, favelada, teve como sua principal obra o livro ‘O quarto de despejo: Diário de uma Favelada’, sendo uma das primeiras escritoras negras do país. Seu livro é composto por relatos que revelavam o cotidiano, mais especificamente, o dia-a-dia de uma mãe solteira em uma favela. “...E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, Carolina 2016, p. 33). Essa frase, retirada da obra ‘O quarto de despejo: diários de uma favelada’, de Carolina de Jesus (2016), reflete o dia-a-dia na favela de Canindé.

Carolina, ao trazer sua visão de mundo, possivelmente não teve dimensão do impacto que seus relatos em diários teriam, mas revolucionou o modo de escrita e de comoção do público. Nascida em Sacramento, no interior de Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914, neta de escravizados e filha de uma lavadeira analfabeta, Carolina cresceu em uma família com mais sete irmãos.

Aos 23 anos, Carolina perdeu sua mãe e foi para a capital onde empregou-se como faxineira na Santa Casa de Franca e, mais tarde, como empregada doméstica. No ano de 1948, mudou-se para Canindé, local onde escreveu seus relatos, e foi mãe de três filhos, todos de relacionamentos diferentes.

A rotina de Carolina era de trabalhar de catadora de lixo durante o dia e, à noite, escrever o seu dia-a-dia. Nos seus relatos, faz críticas às condições de sobrevivência na favela e às políticas públicas destinadas a esse público. O primeiro reconhecimento público de Carolina se deu através de um poema escrito em louvor a Getúlio Vargas, sendo esse publicado no jornal Folha da Manhã.

Carolina passou, então, a levar seus poemas para os jornais, sendo reconhecida como 'a poetisa negra'. Em 1958, o repórter do jornal Folha da Noite, Audálio Dantas, foi responsável por fazer uma reportagem sobre a comunidade Canindé, foi nessa ocasião que conheceu os relatos escritos de Carolina e ficou comovido com a escrita da autora e sua visão de mundo. É diante desse contexto que é publicado o livro 'O quarto de despejo: Diário de uma Favelada' (HANSEN, 2020).

A obra de Carolina serviu como um grito em oposição à "sala de visitas", que seria a cidade, servindo como uma revolta à dicotomia que existe entre a sala principal, que seria o centro e o 'quarto de despejo', que seria a favela (HANSEN, 2020), ao mesmo tempo que rompe com o padrão gênero-opressão da construção de papéis destinadas ao sexo feminino e masculino.

Carolina rompe com o ciclo gênero-opressão à medida que desconstrói papéis historicamente criados, sendo a provedora do lar e tendo múltiplos papéis antes negados, quando em seus relatos destaca "Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna." (JESUS, Carolina, 2016, p.18). O livro revela o drama de uma mãe, pobre, favelada, negra, solteira que se desdobra em ser, durante o dia, catadora de lixo, e durante a noite dona de casa, tudo em prol de garantir o pão para seus filhos.

Historicamente, foi construída uma ideia de que a mulher não poderia se interessar ou entender questões de política e direito civil, sendo esses aspectos importantes para a vida civil. Foi formada uma divisão de papéis baseadas no gênero, em que o homem era o responsável por estruturar a família, sendo a mulher responsável por cuidar do lar e, junto com isso, edificar sua família, aspecto esse

pregado também por religiões. Nessa ótica, os atos políticos não pertenceriam ao gênero feminino.

O trabalho de Carolina rompe com o ciclo de opressão à medida que traz elementos de fuga da ótica da mulher como dona do lar e insere a mulher negra de periferia como um ser pensante e político, revolucionando a ótica patriarcal de ocupação de espaços públicos através de sua literatura. O trabalho de Carolina revoluciona à medida que insere pautas políticas antes destinadas apenas a homens brancos, sob a ótica de uma mulher negra favelada.

A obra de Carolina rompe com o padrão de divisão de tarefas do feminino e masculino, existente e relatado no início do objetivo, ao trazer, para as mulheres, lutas que transcendem a ótica de cuidadora do lar. Os relatos de Carolina, escritos por uma mulher negra e favelada que denunciavam as más condições de sobrevivência na periferia e a falta de políticas públicas destinadas a tal público, inovam por terem sido contados por uma pessoa que vivenciou na pele as injustiças, fugindo do ciclo acadêmico de histórias sendo contadas pelos opressores “...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.” (JESUS, Carolina, 2016, p. 27).

Carolina, mesmo sem possivelmente saber, introduz na sua obra a ideia do mundo plural, ao emitir o pensamento de que “...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros.” (JESUS, Carolina, 2016, p. 31). A atividade de narrar o cotidiano na favela como uma forma de representar toda população que passava pelas mesmas percas de direitos, mas que não conseguiam externar a dor, funcionou como um ato de resistência e de alteridade, tendo como produto a inclusão de vozes pouco ouvidas durante a história.

A obra não revela apenas a dor de uma moradora negra de favela, mas sim toda história de um povo que foi, durante muito tempo, colocado nesse ‘quarto de despejo’ e servido como experiências políticas em tempos de eleição. A obra serve como um alicerce de luta para a população da época e das gerações que estavam por vir, sendo a história contada por uma pessoa que vivenciou todos os fatos.

Os relatos trazem um aspecto político que é inovador, para a época, por serem pensadas questões que transcendiam a realidade através de uma mulher analfabeta. É justamente por esse aspecto que Carolina de Jesus chamou a atenção

dos leitores até os dias atuais, trazendo debates que ainda permeiam o cotidiano da população que vive em favela no Brasil.

O texto de Carolina, construído através de relatos em forma de poemas, é pura arte. A linguagem simples e afetiva aproxima o leitor da realidade fazendo com que este enxergue o mundo através dos olhos de uma catadora de lixo. Carolina possibilitou, talvez, que o mundo observasse esse ‘quarto de despejo’ em todas as épocas do ano, e não só nos períodos de eleição, sendo essa uma crítica muito presente no texto da autora.

Em contraposição ao ambiente em que vivia de fome/morte, a escrita de Carolina representava vitalidade. A autora se esforçava todos os dias para voltar para casa com o pão para seus filhos, da mesma maneira que se esforçava para escrever, a palavra se tornou seu “pão de cada dia” (HANSEN, 2020).

A palavra reflete um grito de socorro, que, ao ser emitido, torna o sujeito, antes anônimo, como agente que existe e interfere na realidade (HANSEN, 2020). A literatura passa a servir, assim, como um meio de sobreviver à marginalidade, aplicando individualidade e dignidade. A palavra serviu como uma forma de desabafo das situações do cotidiano, ao mesmo tempo que serviu como instrumento de poder, com a esperança de um dia poder ser lida por um público e tornar-se voz no campo da literatura: “...Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.” (JESUS, Carolina, 2016, p. 42).

A visão da obra reflete uma postura empática, ao mesmo tempo que contestadora, se preocupando em demonstrar para as gerações futuras as misérias vivenciadas no ‘quarto de despejo’. A obra de Carolina Maria de Jesus foi considerada por autores como Clarice Lispector como ‘uma pessoa que escreve verdadeiro’ (HANSEN, 2020).

Três anos depois da crise do editorial, em 1961, iniciava-se o golpe militar no Brasil e, muito embora Carolina não tenha tomado um papel na linha de frente de movimentos contra o regime ditatorial, teve o seu livro, base do presente trabalho, como um dos livros proibidos de se ler e de se ter durante o regime (HANSEN, 2020). Talvez, o ‘escrever verdadeiro’ possa sensibilizar, revolucionar e propiciar novas formas de ver o mundo que rompem com o ciclo opressivo, através da arte.

Para Spivak (2010), autora indiana que encontrou dificuldades para se autorepresentar no mundo patriarcal e pós-decolonial, no livro intitulado ‘Pode o subalterno falar?’, o subalterno não tem história e não pode falar. Carolina, enquanto

mulher subalterna, ocupa posição ainda mais periférica pelos problemas advindos das questões de gênero, que, segundo a autora, nesse caso, a mulher não pode falar e, quando tenta falar, não encontra meios para ser ouvida (SPIVAK, 2010).

Carolina resiste a isso, justamente, por falar, de sua maneira, com uma linguagem acessível e emotiva, dotada de erros de português, que rompe com o silenciamento que é imposto às mulheres subalternas. A figura de Carolina de Jesus diante da literatura nacional, historicamente elitizada e destinada às mulheres brancas de classe social alta, torna o espaço da literatura um ambiente mais democrático.

O trabalho de Carolina rompe com o padrão clássico de escrita que vinha sendo produzida até então, por representar uma experiência mais significativa de uma mãe, pobre, favelada que carrega, em sua escrita, toda carga de dor, sofrimento e a esperança por dias melhores, com políticas públicas mais efetivas à população em contexto de favela (CORONEL, 2014).

A Ditadura Militar no Brasil (1969-1972), serviu, então, como meio de promoção da literatura de mulheres negras de comunidade no Brasil, tendo como grande exemplo o trabalho de Carolina Maria de Jesus, através do livro 'O quarto de despejo: diário de uma favelada', à medida que este serviu como forma de resistir às diversas percas de direitos existentes até então.

A obra de Carolina discutia temas sociais que para um regime militar necessitava ser silenciado, por esse motivo, seus escritos foram proibidos durante a Ditadura Portuguesa e a Ditadura Brasileira, já que estampavam as misérias existentes no Brasil através de relatos de uma pessoa que vivenciou na pele as diversas barbáries existentes à época.

A interdição e supressão de obras como a de Carolina que denunciavam a realidade brasileira e o governo brasileiro em si, chama a atenção do leitor para refletir sobre um tema ainda mais abrangente: as lacunas de gênero e raça nos documentos que falam de Ditadura Militar no Brasil.

Se observados os documentos oficiais emitidos pelo relatório da Comissão da Verdade sobre a Ditadura Militar no Brasil, é possível encontrar eixos destinados à gênero, contemplando as questões destinadas às mulheres e ao grupo LGBTQi+. Contudo, não é possível achar um eixo que comente diretamente sobre a intersecção entre gênero, raça, classe e arte nesses escritos como uma forma de denúncia ao regime.

Isto é, há poucos relatos oficiais de mulheres negras que resistiram ao período ditatorial brasileiro e ficaram reconhecidas por tal feito, sendo ainda mais difícil de encontrar escritos de quando essa resistência se deu através da arte/literatura, havendo apenas relatos oficiais de mulheres brancas que conseguiram tal feito.

A supressão de obras como a de Carolina denuncia justamente esse caráter autoritário do regime ditatorial, por ter sido proibido a publicização de relatos de uma mulher negra e favelada que denunciava as misérias brasileiras. A crítica se dá pelo silenciamento existente no período ditatorial de questões referente à gênero, raça e classe, mais especificamente, a crítica se dá pelo silenciamento da literatura de uma mulher negra, no período ditatorial brasileiro, como uma tentativa de ocultar vozes pouco ouvidas.

A supressão afetou diretamente a arte e a literatura, repleta de relatos do cotidiano, por tais questões serem capazes de surgir como uma voz de denúncia, de subversão, funcionando como produtora de memória. A manifestação artística de Carolina de Jesus foi e é capaz de atualizar a sociedade sobre os fatos ocorridos na ditadura militar, além de alertar a sociedade sobre a violência difusa praticada, pelos agentes de Estado, contra os periféricos (MOLINA, 2015).

A literatura presente nos relatos de Carolina funciona como um olhar testemunhal que, na prática, se transforma em uma espécie de “retradução” da história, em que se é possível revelar a versão da realidade a partir do olhar de uma mulher negra e favelada. A materialidade literária presente no testemunho não traz o reflexo do real, mas possibilita o acesso a uma verdade subjetiva que é adquirida a partir da experiência de uma pessoa que vivenciou o fato (DA CRUZ, 2018).

Para além dos documentos oficiais presentes que contém os acontecimentos ocorridos na Ditadura Militar Brasileira, o testemunho de Carolina de Jesus retraduz a história de forma afetiva, trazendo uma verdade subjetiva de uma realidade brasileira que para um governo autoritário precisava ser silenciado. “A escrita ou a elaboração simbólica, possibilita um contar(se) ou recontar(se), ou seja, uma posição diante do traumático imposto pela violência e um modo de transmissão, a partir dos rastros, dos apagamentos, dos silêncios” (DA CRUZ, Lua, 2018, p. 117).

Essa é uma das maiores responsabilidades do texto de Carolina de Jesus, isto é, ser uma sobrevivente da Ditadura Militar no Brasil, vivenciar enquanto mulher negra e favelada as barbáries ocorridas à época e inscrever em um espaço a

memória dos mortos, a qual é, a todo momento, submetida a manipulações, cabendo à autora tornar seu testemunho e sua literatura em forma de relatos, uma forma de tomar a palavra por pessoas que já não podem mais fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível, com os dados e fatos coletados, observar que a Ditadura Militar no Brasil, mesmo sendo um período da história que causou grande dor e comoção, foi capaz de produzir memória política e artística. Por ser um período da história marcado por atos autoritários de perda de direitos, proporcionou experiências que puderam ser narradas por toda a população, não havendo distinção de classe, gênero e cor, tendo como grande exemplo os relatos escritos em forma de diário no livro intitulado 'O quarto de despejo', de Carolina de Jesus.

Assim, o impacto da Ditadura Militar no Brasil (1969-1972) na promoção da literatura de mulheres negras de comunidade no Brasil se deu à medida que proporcionou vivências que foram contadas através da arte, mais especificamente, da literatura, comovendo o leitor em outro sentido que foge do padrão de textos e comoções sobre o período do regime: o afeto.

Dessa forma, possibilitou, ao mundo, a visão de um período da história marcada por atos autoritários de perda de direitos sob o olhar e a sensibilidade de uma parcela população subalternizada e historicamente excluída, isto é, a visão da história sob o olhar de mulheres negras de periferia. O presente trabalho possuiu o objetivo de comover o leitor através do legado que Carolina de Jesus deixou para o mundo e foi elogiado por Clarisse Lispector: o escrever verdadeiro.

Fugindo de linguagens robustas muito presentes nos textos acadêmicos, em especial na área jurídica, o presente trabalho possuiu a intenção de inquietar o leitor, através de uma linguagem simples, a pensar a arte, em especial a literatura, como uma forma de denunciar os silenciamentos impostos por regimes autoritários.

Foi possível observar o silenciamento existente nos documentos oficiais da Ditadura Militar no Brasil referente à população de mulheres negras de periferia e suas más condições de vida, assim como, o silenciamento existente dessas mesmas mulheres negras militantes e artistas que lutavam contra o regime, tendo como grande exemplo a proibição de circulação do livro 'O quarto de despejo' durante o regime ditatorial.

Essa proibição da arte de mulheres negras, em especial, a literatura de mulheres negras militantes sobreviventes ao regime se deu porque, como conceitua Hannah Arendt (2010), a obra de arte é capaz de proporcionar a libertação e fuga através da imaginação, personalidade e espontaneidade, permitindo com que as pessoas pudessem analisar o mundo através da perspectiva das mulheres negras de comunidade em contexto de Ditadura Militar no Brasil e, através desse processo, pudessem resistir aos aspectos antidemocráticos presentes na época.

Para um regime ditatorial marcado por atos autoritários, o que se reprimia, acima de tudo, era a liberdade e democracia. A arte e a literatura, por outro lado, por serem ferramentas democráticas ao permitirem que todos, independente de classe, gênero e raça pudessem as utilizarem, são grandes oponentes de sistemas autoritários.

Observando-se a lacuna existente nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de estudos destinados às escrituras de mulheres negras invisibilizadas, o trabalho de Carolina de Jesus funcionou como ferramenta democrática por não só relatar sua história de vida, mas eternizar histórias que revelaram a luta de toda classe social de mulheres negras de comunidade por direitos.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

DE CAYSES, Julia Buenaventura V. Isto não é uma obra: arte e ditadura. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, p. 115 - 128, 01 jun. 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-132, 2003.

CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 44, p. 271-288, jul./dez. 2014.

DA CRUZ, Lua Gill. VOCÊ FOI LUTA, NÓS SEREMOS RESISTÊNCIA: RESISTIR À SEGUNDA MORTE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. **Revista literatura em debate**, v. 12, p. 111-131, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016 (1981).

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

OLIVIA, Tauana Gomes Silva. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**, Ano de obtenção: 2019. Tese de doutorado. Université de Rennes II, RENNES 2, França.

HANSEN, Marise. Pão, fama e outras fomes: uma leitura de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 77, p. 19-36, dez. 2020.

HOOKS, Bell. **E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2016.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, Fulvia, SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs). HIATUS: Arte, Memória e Direitos Humanos na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (São Paulo)*, v. 24, p. 77-98, 2005.

SPIVAK, Tri Chakravorty. **PODE O SUBALTERNO FALAR?**. Editora UFMG, Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, R. G. de A. Ação, pluralidade e política em Hannah Arendt. Argumentos: **Revista de Filosofia**. Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 73-86, jan.-jun. 2018.